

**Ciência e Inclusão:  
A DIVERSIDADE EM FOCO**

**Texto  
Pós - Graduação- Educação**

---

**A FORMAÇÃO DE OBJETOS NOS DISCURSOS SOBRE A SURDEZ: UMA ANÁLISE  
FOUCAULTIANA.**

*Maria Salomé Soares Dallan;  
Márcia Aparecida Amador Mascia  
Universidade São Francisco*

[mariasalome@uol.com.br](mailto:mariasalome@uol.com.br)

## **1. INTRODUÇÃO**

Há um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. (Foucault, 1979, p. 13)

Iniciamos nossa reflexão através desta citação, motivadas pelas questões de produção de positivities em Foucault (Foucault, 2002), mais especificamente a discussão a respeito da formação dos objetos, por entendermos que estes mantêm uma imbricada relação no âmbito das formações discursivas e, portanto, na produção de positivities. Para dar consecução ao trabalho, faremos um pequeno preâmbulo sobre as indagações que nos mobilizam. Em seguida, abordaremos o referencial teórico que embasou a pesquisa – *Arqueologia do Saber*– através de uma pequena sinopse. Detalharemos a formação dos objetos de um discurso através de excertos de enunciados oriundos de formações discursivas que têm como objetos de discurso os sujeitos não-ouvintes. Encerraremos o artigo com reflexões que demandam novos trabalhos.

Através do contato com alunos não ouvintes falantes de Libras, pudemos perceber um movimento discursivo forte<sup>1</sup>, que visa retirar as pessoas que têm surdez – e que falam a Língua de Sinais – da categoria de “Deficiente Auditivo<sup>2</sup>”. Segundo Skliar, esta é uma visão clínico-terapêutica e psicológica da surdez (Skliar, 1997, p. 114), e opta por inscrevê-los nos discursos antropológicos. Atualmente os adeptos desta corrente discursiva, nomeiam-se por “povos surdos” (Ströbel, 2006 e 2008), localizam-se geográfica e espacialmente

---

<sup>1</sup> Refiro-me aqui especificamente ao Brasil, atualmente, fortemente ligado aos movimentos internacionais realizados pela World Federation of the Deaf.

<sup>2</sup> Código Internacional de Doenças – CID H90.0 até H91.9 – A visão de que “compete à medicina atuar no sentido da cura e do tratamento em relação às disfunções do organismo” (Soares, 1999, p. 108).

## **Ciência e Inclusão:**

### **A DIVERSIDADE EM FOCO**

em uma “comunidade surda” (Lopes, 2007, p. 71), reivindicando, enfim, sua condição bilíngue e bicultural<sup>3</sup>. Duas visões aparentemente antagônicas do mesmo objeto. Será que os dois discursos tratam do mesmo sujeito-objeto?

#### **2. ARQUEOLOGIA DO SABER: UM LIVRO QUE ROMPE COM A LINEARIDADE HISTÓRICA NA CONSTRUÇÃO DE UMA ANÁLISE DO DISCURSO.**

Visando a uma análise dos discursos sobre a surdez, sentimos a necessidade de um estudo aprofundado do livro *Arqueologia do Saber*. Segue uma pequena sinopse, visando introduzir o leitor ao tema, aprofundando o assunto gradualmente, conforme avançarmos no tema central: formação de objetos no discurso.

No primeiro capítulo, *Introdução*, Foucault contextualiza a partir de onde iniciará seu percurso: as rupturas importantes que visaram a uma retomada dos fatos históricos de forma diferenciada em relação ao que era feito anteriormente. Definindo os autores que detectaram incidências e interrupções no fluxo histórico (Bachelard, Ganguilhem, Guérault), Foucault contextualiza através de dados e dá início ao que pretende ser a arqueologia, que visa ser ruptura em relação à história das ideias, que primava pela linearidade dos acontecimentos históricos. Neste sentido, ele pretende “revelar os princípios e as consequências de uma transformação autóctone que está em vias de se realizar no domínio do saber histórico” (p.18), mostrando que a questão central de sua tese acontece no campo em que os acontecimentos se desenvolvem, ou seja, no discurso.

No capítulo *II - As regularidades discursivas*, o autor define de forma precisa as unidades do discurso, rejeitando as interpretações psicológicas que vinham sendo feitas anteriormente. Aborda também as formações discursivas, buscando definir as relações existentes entre elas e a formação de seus objetos de discurso. Estuda a formação das modalidades enunciativas, dos conceitos e das estratégias, visando descrever todas as nuances analisáveis de uma formação discursiva. Finaliza o capítulo mostrando a necessidade real de analisar o discurso em sua riqueza.

Durante o terceiro capítulo, *O enunciado e arquivo*, o autor deixa claro a abrangência da função enunciativa e descreve importantes conceitos: raridade, exterioridade, acúmulo, *a priori* histórico, arquivo, os quais servirão de escopo teórico para o referencial que será desenhado no quarto capítulo: *A descrição arqueológica*. Nesse, o autor especifica o que seria uma descrição arqueológica, confrontando e apontando as diferenças em relação à história das ideias. Passa a delinear os conceitos de original e regular, em seguida aponta as contradições e os fatos comparativos que utiliza para realizar uma análise arqueológica, culminando nas mudanças e transformações que tal análise pode empreender. Finalizando, o autor contribui para a reflexão sobre ciência e saber, cujo tópico nós pretendemos abordar com maior afinco revisitando conceitualmente Foucault devido aos critérios estabelecidos na introdução deste trabalho. No quinto e último capítulo do livro, Foucault tenta responder sobre questionamentos que poderiam surgir devido à sua teorização sobre análise feita neste livro.

#### **3. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS OBJETOS DE UM DISCURSO:**

As pessoas que têm surdez, ao longo da história da humanidade, foram colocadas em vários lugares sociais (Sánchez, 1990, p. 31-39): foram mortos, proscritos ou apenas tolerados nas sociedades antigas; consideradas débeis e ignorantes até a Idade Média; no século VI, surgiram os primeiros casos de surdos que aprenderam a

<sup>3</sup> Vários documentos e publicações seguem em direção a essa proposta. Lopes afirma que na década de 1990, a fundação do NUPPES (Núcleo de Pesquisa em Políticas de Educação para Surdos) e a contratação do Professor argentino Carlos Skliar, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1996, possibilitaram grandes mudanças (LOPES, 2007– p.12). O marco central desse movimento foi o manifesto “A educação que nós surdos queremos”, documento elaborado pela comunidade surda em 1999. LINK: <http://www.feneis.org.br/page/index.asp> (consultado em 26/12/2010).

## **Ciência e Inclusão:**

### **A DIVERSIDADE EM FOCO**

escrita, quase sempre atrelados à benevolência de pessoas ligadas à igreja; no Renascimento, se investia na aprendizagem, mas apenas os filhos de famílias nobres; no século XVIII, a palavra falada teve primazia absoluta sobre a língua de sinais.

Para Sánchez, a Gramática de Port Royal (1660) inaugurou uma teoria racionalista da linguagem, afetando diretamente o campo da pedagogia e, por conseguinte, a educação das pessoas surdas, pois se considerou que “el que no habla no tiene acceso al conocimiento<sup>4</sup>” (p. 44). Para o autor, ao final do século XVIII a opinião dividiu-se entre oralistas<sup>5</sup> e gestualistas<sup>6</sup>, sendo que estes últimos receberam grande incentivo devido a fundação de uma escola para pessoas surdas, com instrução em língua de sinais, pelo abade L’Epée em Paris, em 1775. Os oralistas contra-atacaram no Congresso Internacional de Milão, em 1880 – conseguindo a adesão da grande maioria de professores não surdos, que ensinavam pessoas surdas – ficando decidido que a oralidade era superior à língua de sinais, portanto todas as escolas deveriam usar esta metodologia de ensino. Em 1960, o linguista americano William Stokoe conseguiu provar que as línguas de sinais são línguas naturais; esse saber científico propiciou novo olhar educacional e social sobre este sujeito, cuja comunicação era visual. Muitas possibilidades surgiram desse saber proposto por uma positividade: a linguística.

Uma vez aprofundado o referencial teórico que irá fundamentar a etapa que se segue, e concebendo o processo de construção do objeto em uma dada formação discursiva, passamos à análise de seis enunciados oriundos do grande discurso sobre a surdez.

#### **4. O DISCURSO FORMA SISTEMATICAMENTE OS OBJETOS DE QUE FALA**

Escolhemos seis enunciados a respeito das pessoas que têm surdez e que se comunicam através da Libras. Eles exemplificam três formações discursivas aparentemente distintas, cujo objeto é o mesmo: o sujeito não-ouvinte. Visamos relacioná-los ao “conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso” cujas condições de aparecimento foram históricas, sem “enterrá-los em seu solo originário”, mas desenvolver “o nexos das regularidades que regem sua dispersão” (p. 55). Partimos da premissa de que é necessário tratar os discursos “como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (p. 56): Para fins de análise, nomearemos os enunciados da seguinte forma:

- 1) Formações discursivas que alimentam o ouvintismo<sup>7</sup>, portanto, discursos ouvintistas.
- 2) Formações discursivas que alimentam políticas públicas: *delegação de direito*<sup>8</sup> e *exigência do direito*<sup>9</sup>.
- 3) Formações discursivas que alimentam o surdismo<sup>10</sup>, portanto, discursos surdistas.

<sup>4</sup> Não fala, não tem acesso ao conhecimento.

<sup>5</sup> Preconizam que a pessoa surda deve aprender a falar e a ‘ouvir’ através da leitura orofacial.

<sup>6</sup> Preconizam que a pessoa surda tem uma comunicação própria, através de gestos e que esta forma de comunicação deve ser usada para o ensino no geral.

<sup>7</sup> Ouvintismo: “as representações dos ouvintes sobre a surdez e sobre os surdos – e o oralismo – a forma institucionalizada do ouvintismo – continuam sendo, ainda hoje, discursos hegemônicos em diferentes partes do mundo”. (Skliar, 1998 – p. 15)

<sup>8</sup> É uma forma ativa de institucionalização do poder por parte do governo, embora a lei possa ou não ter sido fruto de reivindicações de grupos, é portanto passiva por parte da população, que passa a exigir ou não o direito ao qual faz jus.

<sup>9</sup> São reivindicações de grupos sociais, formas ativas de institucionalização do poder, que demandam movimentação do governo para dar conta dos direitos das pessoas, se forem considerados legítimos.

<sup>10</sup> Surdismo: neologismo criado por mim para definir as representações que as pessoas surdas, falantes de língua de sinais, teceram a respeito dos não surdos (pessoas que ouvem e falam a língua oral) durante séculos em que se sentiram prejudicados por causa de um preconceito linguístico sofrido por elas por parte da ‘língua oral hegemônica’. Este termo refere-se, também, ao Movimento Surdo Mundial desenvolvido em torno das seguintes formações discursivas: ‘povo surdo’, ‘cultura surda’, ‘comunidade de surdos’, ‘escolas de surdos’ - encontradas em farto material no mundo inteiro, cujo ápice, em minha opinião, ocorreu no Brasil através dos

## **Ciência e Inclusão:**

### **A DIVERSIDADE EM FOCO**

As formações discursivas fruto do ouvintismo podem ser percebidas a partir de 1660, com a Gramática de Port Royal, conforme explicado anteriormente, afetando diretamente o campo da pedagogia (Sánchez, 1990). Vários autores afirmam que o Congresso de Milão de 1880 – que decretou ser a oralidade a única alternativa de ensino às pessoas surdas – teria sido o grande marco da opressão ouvintista sobre a surdista. A partir de 1805, o médico Jean-Marc Itard inicia seu trabalho com os surdos no *Institut National de Jeunes Sourds*, realizando este trabalho por 40 anos (Banks-Leite e Souza, 2000, p. 74), inaugurando o que Itard chamou de tratamento ‘médico-pedagógico’ (Banks-Leite e Souza, 2000, p. 58) que, segundo as autoras, “seria já um outro nome para Educação Especial”. Ficava instaurada a presença das formações discursivas das ciências médicas no âmbito das práticas pedagógicas.

Vamos aos enunciados que são consequência de séculos da positividade médica:

a) *“O surdo congênito (...) herda além da surdez outros defeitos constitucionais. (...) Eles são também propensos a doenças do couro cabeludo, à supuração do ouvido (...), e muitos, que não apresentam nenhum desses defeitos crescem retardados e frágeis. (1880)”*<sup>11</sup>

b) *“Desconfiado e sensível, é este o personagem com o qual o médico se defronta tentando restituir-lhe o que a natureza retirou – o sentido da audição, sem o qual é impossível qualquer contato verdadeiramente humano. (2002)”*<sup>12</sup>

Os fragmentos históricos mostrados (a) ainda impregnam o enunciado atual que trouxemos para análise (b). A fala do médico (b) é impregnada de noções de déficit apontado (a). A produção das regularidades discursivas sobre a falta permanece arraigada, uma vez que o discurso médico continua buscando suprir o *déficit* através da biotecnologia: aparelhos auditivos potentes, implantes cocleares, entre outros. O conceito de surdez associado à doença. A própria história ‘redentora’ da medicina já auxilia para que todo um aparato institucional dê suporte para a circulação de seus discursos que produzem uma ‘verdade’ a respeito desse sujeito-objeto: incompleto, inacabado, deficiente.

Os enunciados mostrados são apenas a ponta do *iceberg* de uma corrente discursiva que causa embate entre as pessoas que nela são nomeadas, gerando contra-poderes no sentido de colocarem-se em outro espaço, auxiliando o surgimento de uma mobilização para se corrigir ou não a instância em que foram colocadas. Nesses movimentos sociais, estão os discursos defensores dos direitos humanos que surgiram mais fortemente após a segunda Grande Guerra, com a fundação da ONU em São Francisco, 1945.

Arelado aos direitos humanos, surge *A Declaração de Salamanca* (Salamanca, 1994), uma resolução que trata dos princípios, políticas e práticas em educação especial, da qual o Brasil é signatário. Adotada em Assembleia Geral, apresenta os Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências e é considerada mundialmente um dos mais importantes documentos que visam à inclusão social, juntamente com a Convenção sobre os Direitos da Criança (1988) e da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990).

Os excertos abaixo são enunciados que representam: c) as políticas públicas e d) os movimentos sociais que

---

“Estudos Surdos”: obra em quatro volumes, rica em descrições a respeito do tipo de representação que este sujeito faz a respeito de si próprio e dos “ouvintes”.

<sup>11</sup> Anais do Congresso de Milão, Thompson, 1880, ps. 127-128.

<sup>12</sup> Ítalo Carvalho, é ex-estagiário da faculdade de medicina da universidade de Paris, do hospital Lariboisière, da Faculdade de Medicina e Farmácia da Universidade de Bordeaux e do Projeto Hope. Esta declaração data de dezembro de 2002 em: [http://www.portalmédico.org.br/jornal/jornais2002/dezembro/pag\\_13.htm](http://www.portalmédico.org.br/jornal/jornais2002/dezembro/pag_13.htm)

**Ciência e Inclusão:**  
**A DIVERSIDADE EM FOCO**

passam a construir objetos em decorrência da demanda por melhores condições de existência, atreladas à educação:

*c) A convivência entre comunidades locais e imigrantes ou indígenas pode ser um critério para inclusão de determinada língua no currículo escolar (...). Em comunidades indígenas e em comunidades de surdos, nas quais a língua materna não é o português, justifica-se o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua (1998).”<sup>13</sup>*

*d) “Toda criança surda tem o direito a aprender a língua de sinais e também a língua portuguesa e outras línguas” (...) “Propor o reconhecimento da língua de sinais como língua de educação do Surdo em todas as escolas e classes especiais de Surdos (1999)”<sup>14</sup>.*

A primeira instância (c) – os Parâmetros Curriculares Nacionais dos quais foi retirado este enunciado – que chamamos de *delegação de direito*, surgiu para dar conta do acordo internacional em prol da educação mundial cujo prazo expiraria em 2000 gerando a necessidade de instituir documentos e leis que dessem conta das exigências relatadas em tal acordo. No enunciado (c), o sujeito da ação passa a ser o governo, que aponta diretrizes educacionais pré-determinadas.

No segundo caso (d), que chamaremos de *exigência do direito*, o sujeito da ação passa a ser um grupo de pessoas surdas, falantes de língua de sinais, que construíram para si uma representação diferente em relação ao que é considerado pela legislação brasileira como uma ‘deficiência auditiva’. Este grupo é que exige o tipo de educação que pretende para si. É uma forma de ação ativa.

O terceiro tipo de formação discursiva advinda do surdismo, são enunciados que, provavelmente, sempre ocorreram na história da humanidade. O grande diferencial são as instâncias de emergência de tais enunciados, bem como a formação dos objetos que retroalimentam seu discurso (regularidades discursivas, Foucault, p. 21-78):

*e) Nós surdos somos então um grupo cultural à parte. Um grupo que realmente investe na decisão de ser diferente. De transformar o anormal em normal no cotidiano da vida. É um jogo perverso que se instaura. Jogo entre o que é nossa invenção e o que inventaram sobre nós. Grupo cultural que hoje prossegue e atinge novos ápices passa a carecer novos escalões onde se arquetam os artefatos da cultura e se fortalecem e unem as raízes culturais que a história sepultou (Perlin, 2007, p. 11).*

*f) O povo surdo consiste em sujeitos surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independente do grau de evolução lingüística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e quaisquer outros laços (2008)<sup>15</sup>.*

Essas coisas ditas e o que permite seu acúmulo e reprodução é o que Foucault nomeou por *arquivo*: “São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro)” (p. 148); eles ganharam força através de instituições políticas ligadas aos movimentos surdos, reestruturando o objeto e sua formação discursiva. O reconhecimento científico da língua de sinais, um saber científico, sem dúvida, possibilitou a

<sup>13</sup> Parâmetros Curriculares Nacionais, MEC, p. 23, 1998

<sup>14</sup> “Que Educação Nós Surdos Queremos”. Manifesto documentado por grupos Surdos no Salão de Atos da Reitoria da UFRGS, 23 de abril de 1999

<sup>15</sup> Karin Strobel - *Surdos: vestígios culturais não registrados na história*, Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2008 (p. 13).

## **Ciência e Inclusão:**

### **A DIVERSIDADE EM FOCO**

circulação de enunciados fortalecendo a ideia de que seu estatuto é legítimo, portanto, passível de legalização; no Brasil, a Lei de Libras e sua posterior regulamentação possibilitaram a inscrição desses enunciados em um solo fértil, onde essas coisas puderam ser ditas (Foucault, 2002 – p. 57-62). Outro evento significativo da história contemporânea dos surdos, segundo Lane, foi a “Revolução de Gallaudet” (Lane, 1992, p. 171), ocorrida na primeira universidade para surdos do mundo. Isso possibilitou o fortalecimento da Federação Mundial de Surdos (World Federation of the Deaf, WFD – 1951), que possui representações no mundo todo, inclusive no Brasil. Aqui, os efeitos do ‘orgulho surdo’ começaram a serem sentidos a partir da década de noventa. Lopes afirma que, na década de 1990, a fundação do NUPPES (Núcleo de Pesquisa em Políticas de Educação para Surdos) e a contratação do Professor argentino Carlos Skliar pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1996, possibilitaram grandes mudanças (LOPES, 2007, p. 12).

A língua de sinais brasileira urbana (Libras), embora não traga ao texto a outra língua de sinais indígena, milenar aqui no Brasil<sup>16</sup>, fez surgir um Decreto (5.626/ 2005), regulamentando sua aplicação, instituindo, entre outras coisas, o surgimento de novos cursos superiores e de pós-graduação para dar conta da formação dos professores que estarão atuando nesses espaços; nova reestruturação das escolas que recebem alunos com surdez; criação em diversas universidades de grupos de estudos específicos da área (Estudos Surdos).

Os movimentos sociais das pessoas surdas falantes de língua de sinais abriram novos espaços institucionais de circulação desses enunciados. Decorre disso que o discurso que os Estudos Surdos preconizam é o de divulgar a formação ideológica dessas pessoas que requisitam para si um espaço cultural e educacional diferente do que foi urdido pelos saberes médicos.

#### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os Estudos Surdos estão reivindicando para a Comunidade Surda a construção e implementação de novos saberes a respeito de si, os quais fundamentarão seu próprio discurso, numa tentativa, talvez, de hegemonização em relação aos discursos dos outros não-surdos. Cabe uma investigação mais acurada visando delinear quem é o sujeito desses discursos: ele é compatível com as reivindicações dessa corrente discursiva, ou é um sujeito transcendental que deve ser superado, se tivermos em vista a concepção foucaultiana? Esta indagação servirá de eixo central para a delimitação da pesquisa de mestrado em andamento.

Foi importante perceber através da arqueologia empreendida por Foucault, a relação não linear da história. Nos excertos de discurso, pode-se ir e vir no tempo, focando relações e compreendendo a construção dos objetos dentro de uma formação discursiva. Os discursos dos *ouvintistas* continuam circulando ao lado daquele dos *surdistas*, por vezes se relacionando, se entrecruzando e cada um construindo os objetos de que falam: diferentes formas de enunciar um sujeito que tem quatro órgãos sensoriais em funcionamento, ao invés de cinco.

Coerente com o referencial foucaultiano a respeito da formação dos objetos, percebe-se claramente na história dos surdos e da surdez que os variados enfoques dados ao tema produziram múltiplos objetos-sujeito dos discursos que circularam a respeito das consequências do “não-ouvir”. Cada formação discursiva derivada deste discurso sobre a “não-audição” reverbera sobre seus sujeitos, produzindo enunciados que se influenciam mutuamente em relação aos objetos que formam.

Para Foucault, o discurso não se caracteriza pelos objetos que privilegia, mas pela maneira pela qual estes

<sup>16</sup> Digo milenar, pois no Brasil os índios Urubus-Kaapor têm sua própria língua de sinais, falada por toda a comunidade, uma vez que entre estes índios há um grande número de sujeitos com surdez. Embora reconhecida, esta língua indígena não demandou uma lei própria, uma vez que os componentes da tribo não demandaram através de movimento político, como os surdos da ‘comunidade brasileira hegemônica’.

## **Ciência e Inclusão:**

### **A DIVERSIDADE EM FOCO**

objetos são formados (p. 50). Com base nesta afirmativa, podemos concluir que na história dos surdos e da surdez, os objetos – embora sempre girem em torno de um ser humano cujo órgão sensorial - o da audição - não é ativo, não são absolutamente os mesmos, pois o conjunto de relações estabelecidas entre as instâncias de emergência, de delimitação e de especificação dessas formações discursivas são distintas.

As condições históricas permitiram a formação de um vasto conjunto de objetos que, imbricados em formações discursivas muitas vezes antagônicas - cujo discurso inicial era a surdez – tiveram sua condição de sobrevivência assegurada, sobrevivendo aos homens que os falaram (p. 239).

#### Referências:

- BANKS-LEITE, L. E SOUZA, R. M. – *O des(encontro) entre Itard e Victor: os fundamentos de uma Educação Especial*. In: A Educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard/Luci Banks-Leite, Izabel Galvão (orgs.). São Paulo: Cortez, 2000.
- BRASIL. *Educação para todos: avaliação da década*. Brasília: MEC/INEP, 2000
- BRASIL. *Decreto nº 5.626*, de 22 de dezembro de 2005.
- BRASIL. *Lei nº 10.436*, de 24 de abril de 2002.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber* /Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves - 6ª. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- LANE, H. *A máscara da benevolência: a comunidade surda ameaçada*. Coleção Horizontes pedagógicos/Tradução Cristina Reis. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.
- LOPES, M. C. *Surdez e Educação*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.
- ONU. *Declaração de Salamanca*. Salamanca: Espanha, 1994.
- PERLIN, G. *Prefácio*. In: Estudos Surdos II/Ronice Müller de Quadros e Gladis Perlin (organizadoras). Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.
- QUADROS, R. M. de e SUTTON-SPENCE, R. *Poesia em língua de sinais: traços da identidade surda*. IN: Estudos surdos I/ Ronice Müller de Quadros (org.). Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.
- SÁNCHEZ G., C. M. *La increíble y triste historia de la sordera*. 1ª. edição. Caracas-Venezuela: CEPROSORD, 1990.
- SKLIAR, C. B. (Org.). *Educação & Exclusão. Abordagens Sócio-Antropológicas Em Educação Especial*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 1997.
- SOARES, M. A. L. *A educação do surdo no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999.
- Ströbel, K. *A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas*. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v.7, n.2, p.245-254, jun. 2006
- Ströbel, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.
- Ströbel, K. *Surdos: vestígios culturais não registrados na história*. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: UFSC, 2006.
- UNESCO. *Conferência Mundial de Educação para Todos*. Tailândia, Jomtien: Março de 1990.